



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2015

Cód. 07 – Auditor

1. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- A) o Legislativo e o Executivo apenas.
- B) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- C) o Legislativo e o Judiciário apenas.
- D) o Executivo e o Judiciário apenas.

2. De acordo com a CF/88 constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I- construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II- garantir o desenvolvimento nacional.
- III- reduzir a pobreza e a marginalização e aumentar as desigualdades sociais e regionais.
- IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Com base nas informações acima, está correto afirmar que:

- A) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- C) todas as afirmativas estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão incorretas.

3. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I- a soberania.
- II- a cidadania.
- III- a dignidade da pessoa humana.
- IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- V- o pluralismo político.

Estão corretas:

- A) apenas quatro afirmativas.
- B) apenas duas afirmativas.
- C) todas as afirmativas.
- D) apenas uma afirmativa.

4. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.
- () Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à desigualdade, à segurança e à propriedade.
 - () Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
 - () É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 - () São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- A) V, V, V, V.
B) V, F, F, F.
C) F, F, F, V.
D) F, V, V, V.
5. Com base na CF/88, assinale a alternativa incorreta.
- A) Os direitos e garantias expressos em nossa Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
 - C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - D) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
6. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:
- A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
 - B) a União e os Estados, todos dependentes.
 - C) a União e o Distrito Federal apenas.
 - D) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dependentes.
7. Preencha as lacunas abaixo com a alternativa correta.
- Os Territórios Federais integram _____, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao _____ de origem que serão reguladas em _____.
- A) a União / Distrito Federal / decreto
 - B) a União / Estado / lei complementar
 - C) o Distrito Federal / Estado / constituições
 - D) o Estado / Município / lei orgânica
8. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.
- () A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.
 - () Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - () É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - () Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- A) V, F, F, V.
B) F, V, V, F.
C) F, F, F, F.
D) V, V, V, V.

9. Assinale a alternativa incorreta.
- A) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor público ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
 - B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - C) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, à disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível.
 - D) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
10. Conforme estabelece a CF/88, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:
- I- o prazo de duração do contrato.
 - II- os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e irresponsabilidade dos dirigentes.
 - III- a remuneração do pessoal.
- Com base nas informações acima, está correto afirmar que:
- A) apenas duas afirmativas estão incorretas.
 - B) todas as afirmativas estão incorretas.
 - C) apenas uma afirmativa está incorreta.
 - D) todas as afirmativas estão corretas.
11. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cada legislatura terá a duração de:
- A) quatro anos.
 - B) seis anos.
 - C) sete anos.
 - D) oito anos.
12. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional:
- I- resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - II- autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
 - III- aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
 - IV- sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - V- mudar temporariamente sua sede.
 - VI- julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - VII- fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
 - VIII- autorizar referendo e convocar plebiscito.
- Estão corretas:
- A) apenas as afirmativas I, IV, V, VI e VII.
 - B) todas as afirmativas.
 - C) apenas as afirmativas II, III, IV e VIII.
 - D) apenas as afirmativas I, II, V e VIII.
13. O processo legislativo compreende a elaboração:
- A) apenas de emendas à Constituição; leis delegadas e; medidas provisórias.
 - B) apenas de leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias e; resoluções.
 - C) apenas de emendas à Constituição; decretos legislativos e; resoluções.
 - D) de emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos e; resoluções.

14. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à:
- A) legitimidade, publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de despesas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
 - B) legalidade, publicidade, oportunidade, aplicação das subvenções e renúncia de despesas, será exercida pela Câmara dos Deputados, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - C) legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - D) publicidade, oportunidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara dos Deputados, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
15. Assinale a alternativa incorreta.
- A) O Tribunal de Contas da União, integrado por quatro Ministros, tem sede no Estado de São Paulo, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96 da CF/88.
 - B) Entendendo o Tribunal de Contas da União irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.
 - C) O Tribunal de contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
 - D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
16. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos:
- A) Deputados Federais.
 - B) Ministros de Estado.
 - C) Senadores.
 - D) Vereadores.
17. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
- I- a existência da União.
 - II- o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
 - III- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
 - IV- a segurança interna do País.
 - V- a probidade na administração.
 - VI- a lei orçamentária.
 - VII- o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- De acordo com a CF/88 está correto afirmar que:
- A) apenas as sentenças I, II, V e VII estão corretas.
 - B) apenas as sentenças II, III e IV estão corretas.
 - C) todas as sentenças estão incorretas.
 - D) todas as sentenças estão corretas.
18. Assinale a alternativa incorreta.
- A) O Supremo Tribunal Federal é um órgão do Poder Legislativo.
 - B) O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.
 - C) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
 - D) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
19. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.
- () O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 - () São princípios institucionais do Ministério Público a exclusividade, a indivisibilidade e a dependência funcional.
 - () O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- A) F, V, F.
 - B) V, F, V.
 - C) F, F, F.
 - D) V, V, V.

20. Com base na Resolução CFC N.º 1.282/10, indique a alternativa correta.

- A) O Princípio da Continuidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- B) O Princípio da Oportunidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- C) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- D) O Princípio da Prudência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

21. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- B) O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.
- C) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la, a denominação e demais características formais adotadas pela lei e, a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- D) Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

22. Preencha as lacunas abaixo com a alternativa correta.

A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência _____ plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto da Lei Nº. _____.

- A) Legislativa / 8.666/93
- B) Executiva / 8.666/93
- C) Judiciária / 4.320/64
- D) Legislativa / 5.172/66

23. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de:

- A) obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a receita realizada e como limite individual o decréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- B) obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- C) obras públicas e privadas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o decréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- D) obras privadas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

24. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.

- () A obrigação tributária é principal ou acessória.
- () A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o débito dela decorrente.
- () A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- () A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) V, F, V, V.
- D) F, F, F, F.

25. A capacidade tributária passiva independe:

- I- da capacidade civil das pessoas naturais.
- II- de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- III- de estar à pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Com base nas informações acima está correto afirmar que:

- A) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B) apenas a afirmativa I está correta.
- C) apenas a afirmativa III está incorreta.
- D) as afirmativas I, II e III estão incorretas.

26. Tratando da execução orçamentária e do cumprimento das metas que dispõe a LRF, assinale a alternativa incorreta.

- A) Não serão objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, exceto aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- B) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- C) Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.
- D) A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

27. Com base na L/C nº 101/00, leia as afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.

- I- Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
 - II- As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
 - III- O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
 - IV- O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- A) Apenas três afirmativas estão corretas.
 - B) Apenas duas afirmativas estão corretas.
 - C) Todas as afirmativas estão incorretas.
 - D) Todas as afirmativas estão corretas.

28. Preencha as lacunas abaixo com a alternativa correta.

Considera-se _____ de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período _____ a dois exercícios.

- A) obrigatória / inferior
- B) obrigatória / superior
- C) facultativa / superior
- D) facultativa / inferior

29. Tratando da destinação de recursos públicos para o setor privado, analise as afirmativas abaixo.

- a- A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus débitos adicionais.
- b- Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.
- c- Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- d- Salvo mediante lei específica, poderão ser utilizados recursos públicos, exceto de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

Está(ão) incorreta(s):

- A) três afirmativas apenas.
- B) uma afirmativa apenas.
- C) duas afirmativas apenas.
- D) todas as afirmativas.

30. Tratando da preservação do patrimônio público está correto afirmar que:

- A) é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- B) é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que não integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- C) não é vedada a aplicação das receitas correntes e de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- D) é vedada a aplicação da despesa de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

31. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Estabelecido no caput do art. 2º da Lei nº 4.320/64, o princípio da Anualidade ou Periodicidade, delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. Conforme o art. 34 da Lei nº 4.320/64, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, isto é, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
- B) O princípio orçamentário da Exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- C) O princípio do Orçamento Bruto obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- D) O princípio orçamentário da Universidade, está previsto no caput do art. 2º da Lei nº 4.320/64 e, determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados, com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

32. Leia as afirmativas abaixo, em seguida indique a alternativa correta.

- I- A fixação da despesa refere-se aos limites de gastos, excluídos nas leis orçamentárias com base nas receitas previstas, a serem efetuados pelas entidades públicas. A fixação da despesa orçamentária não se insere no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.
- II- Conforme a CF/88, os instrumentos de planejamento compreendem o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
- III- O processo da fixação da despesa orçamentária é concluído com a autorização dada pelo poder legislativo por meio da lei orçamentária anual, ressalvadas as eventuais aberturas de créditos adicionais no decorrer da vigência do orçamento.

- A) Está correta a afirmativa I apenas.
- B) Estão corretas as afirmativas II e III apenas.
- C) Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- D) Estão incorretas as afirmativas I, II e III.

33. Complete as lacunas abaixo com a alternativa correta.

A Lei _____ regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF/88, estabelecendo normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, _____ de publicidade, compras, alienações e locações.

- A) Nº 8.666/93 / exceto
- B) Nº 4.320/64 / inclusive
- C) Nº 8.666/93 / inclusive
- D) Nº 4.320/64 / exceto

34. O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que demonstram:

- I- o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante.
- II- o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário).
- III- a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.
- IV- as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.
- V- o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.
- VI- o detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.

Estão corretas:

- A) apenas as afirmativas I, II e V.
- B) apenas as afirmativas II, III, V e VI.
- C) apenas as afirmativas I, III, IV e V
- D) todas as afirmativas.

35. Tratando do Balanço Financeiro, analise as afirmativas abaixo dando valor de (V) para verdadeiro ou (F) para falso, e em seguida assinale a alternativa correta.

- () O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- () O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.
- () O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

- A) V, V, V.
- B) F, V, F.
- C) F, F, F.
- D) V, V, F.

36. De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (2015), o Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

- a- Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte.
- b- Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas.
- c- Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas.
- d- Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar.
- e- Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Estão corretas:

- A) todas as afirmativas.
- B) apenas quatro afirmativas.
- C) apenas três afirmativas.
- D) apenas duas afirmativas.

37. O Balanço Patrimonial é composto por:

- I- Quadro principal.
- II- Quadro secundário.
- III- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.
- IV- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Com base nas informações acima, está correto afirmar que:

- A) a afirmativa I está incorreta.
- B) a afirmativa I está correta.
- C) a afirmativa II está correta.
- D) todas as afirmativas estão incorretas.

38. Indique a alternativa correta.

- A) Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo compreendem os direitos financeiros externos e internos da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.
- B) Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.
- C) Os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis são chamados de passivo circulante.
- D) Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

39. Conforme o Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público (2015), o Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos. E recomenda-se o detalhamento das contas:

- I- Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo.
- II- Imobilizado.
- III- Intangível.
- IV- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo.
- V- Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo.
- VI- Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

De acordo com as informações acima, está correto afirmar que:

- A) todas as afirmativas estão incorretas.
- B) apenas uma afirmativa está incorreta.
- C) apenas uma afirmativa está correta.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

40. Tratando da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), analise as afirmativas abaixo dando valor de (V) para verdadeiro ou (F) para falso, e em seguida assinale a alternativa correta.

- () A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- () O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.
- () A DVP poderá ser elaborada de acordo com um dos dois modelos: sintético ou analítico.

- A) V, V, V.
- B) V, V, F.
- C) F, F, V.
- D) F, F, F.

41. O programa de governo eletrônico no Brasil tem como princípio a utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação para que todos tenham acesso à informação, e ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.

A política do governo eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam como frentes fundamentais:

- I- junto ao cidadão.
- II- na melhoria da sua própria gestão interna.
- III- na integração com parceiros e fornecedores

Está correto afirmar que:

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- C) apenas a afirmativa II está incorreta.
- D) as afirmativas I, II e III estão incorretas.

42. O princípio que está inserido no art. 37 da CF/88 que exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei é denominado:

- A) Publicidade.
- B) Controle ou tutela.
- C) Especialidade.
- D) Impessoalidade.

43. São elementos dos atos administrativos:

- I- Sujeito.
- II- Forma.
- III- Objeto.
- IV- Motivo.
- V- Finalidade.

Estão corretas:

- A) apenas uma afirmativa.
- B) apenas três afirmativas.
- C) apenas quatro afirmativas.
- D) todas as afirmativas.

44. Preencha as lacunas abaixo com alternativa correta.

Anulação ou _____ é o desfazimento do ato administrativo por razões de _____.

- A) invalidação / legalidade
- B) validação / ilegalidade
- C) invalidação / ilegalidade
- D) validação / legalidade

45. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.

- () O auditor deve expressar uma opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. O tipo de relatório é sem ressalva
- () O auditor deve modificar a opinião em seu relatório se concluir, com base em evidencia de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes, ou não conseguir obter evidencia apropriada e suficiente para concluir se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes. O tipo de relatório é com ressalva, com opinião adversa ou com abstenção de opinião.
- () O auditor em sua opinião verifica se as demonstrações contábeis estão em conformidade com a estrutura aplicável. Se a resposta for sim, está de acordo com a estrutura aplicável, será emitida a opinião do auditor na forma modificada e um relatório com ressalva. Caso a resposta for não, não está de acordo com a estrutura aplicável, o auditor deverá emitir sua opinião na forma não modificada com um relatório limpo ou sem ressalva.

- A) V, V, V.
- B) V, V, F.
- C) F, F, F.
- D) F, F, V.

46. Leia as afirmativas abaixo.

- I- Conforme estabelece a Instrução CVM 308/99, o auditor independente deverá implementar um programa de interno de controle de qualidade, segundo as diretrizes do CFC e do Ibracon, que vise a garantir o pleno atendimento das normas que regem a atividade de auditoria de demonstrações contábeis e das normas emanadas da CVM.
- II- Poderá ser desenvolvido em conjunto com outros auditores independentes ou em convenio com instituição especializada, devendo o auditor independente (pessoa jurídica) indicar sócio responsável pela implementação e condução desse programa.
- III- O auditor independente deverá, a cada quatro anos, submeter-se à revisão do seu controle de qualidade, segundo as diretrizes emanadas do CFC e do Ibracon, que será realizada por outro auditor independente, também registrado na CVM, cuja escolha ser comunicada previamente a esta autarquia.

De acordo com as informações acima, está correto afirmar que:

- A) as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas a afirmativa I está incorreta.
- D) as afirmativas I, II e III estão corretas.

47. Segundo nossa Constituição Federal é possível observar dois tipos de controle que se completam na administração pública: o controle interno e o controle externo.

Corresponde ao controle externo o(s) tipo(s):

- I- Jurisdicional.
- II- Político.
- III- Técnico.

Indique a alternativa correta.

- A) Apenas as sentenças I e II estão corretas.
- B) Apenas a sentença I está correta.
- C) Estão corretas as sentenças I, II e III.
- D) As sentenças I, II e III estão incorretas.

48. Tratando da auditoria da administração pública, indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.

- () O controle externo, de acordo com a CF/88, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- () O controle interno quando quem controla é um integrante da própria administração pública trata-se de um controle externo.
- () Os poderes legislativos, executivo e judiciário manterão de forma integrada, o sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

- A) V, F, V.
- B) F, F, V.
- C) F, F, F.
- D) V, V, V.

49. Assinale a alternativa incorreta.

- A) O contrato administrativo enquadra-se no conceito geral de contrato como acordo de vontades gerador de apenas de direitos e não de obrigações.
- B) Nos contratos administrativos, a administração aparece com uma série de prerrogativas que garantem a sua posição de supremacia sobre o particular, elas vêm expressas precisamente por meio das chamadas cláusulas exorbitantes ou de privilégio ou de prerrogativas.
- C) Nos contratos de direito privado, a administração se nivela ao particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da horizontalidade. Já nos contratos administrativos, a administração age como poder público, com todo o seu poder de império sobre o particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da verticalidade.
- D) Os interesses e finalidades visados pela administração e pelo contratado são contraditórios e opostos, pois, em um contrato de concessão de serviço público, a administração quer a prestação do serviço adequada, e na administração particular, objetiva-se o lucro.

50. As funções estatais básicas tradicionalmente reconhecidas são:

- A) apenas a legislativa e a executiva.
- B) legislativa, executiva e judiciária.
- C) apenas a executiva e a judiciária.
- D) apenas a judiciária e a legislativa.